

ANEXO

Testemunho do autor da ideia legislativa

“Retirar Correios do projeto de privatização para que seja obedecida a constituição”

O cidadão Igor Santos Pelegrine, de Goiás, apresentou uma ideia legislativa que alcançou 22.267 apoios até agosto de 2021 e resultou na Sugestão Legislativa (SUG) 11/2021. A proposta defende a retirada dos Correios do projeto de privatização.

Sobre o testemunho do autor de ideia legislativa

O testemunho é um documento redigido pelo autor da ideia legislativa ou pela equipe do e-Cidadania. Em alguns casos, a equipe realiza a transcrição de áudio ou vídeo enviado pelo autor, ou elabora um texto a partir de uma entrevista. O testemunho é submetido ao autor da ideia para checagem, aprovação e autorização expressa para publicação. Dessa forma, o texto do testemunho constitui um retrato fiel do pensamento do cidadão. O auxílio na elaboração do documento é uma maneira de estender a participação popular no processo legislativo, uma vez que permitirá que pessoas de diferentes escolaridades apresentem seus argumentos.

DEPOIMENTO

Prezados,

Sou Igor dos Santos Dias “Pelegrine”, empregado público dos Correios há mais de 20 anos; jurista e suplente de vereador na cidade de Aparecida de Goiânia, em Goiás. Utilizando do espaço proporcionado por essa Casa, por meio do programa e-Cidadania, elaboramos uma ideia legislativa com o tema “Retirar Correios do projeto de privatização para que seja obedecida a constituição”.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que o governo federal tem defendido a venda de uma empresa rentável e eficiente, que surgiu há 358 anos com a missão de institucionalizar os serviços postais. Trata-se de uma das empresas públicas mais longevas do país.

Como é de conhecimento de todos, a Câmara dos Deputados aprovou a tramitação de urgência para o Projeto de Lei (PL) 591/2021, que abre caminho para converter os Correios em uma sociedade de economia mista. A proposta foi votada diretamente em plenário, sem apreciação prévia pelas comissões temáticas.

Atualmente, sou presidente interino da Associação Brasileira de Empregados, Familiares e Aposentados dos Correios (Abraefa), criada com o objetivo de reunir demandas dos trabalhadores do sistema postal (ativos e aposentados), bem como de seus familiares. Essa ideia legislativa, que tramita agora como Sugestão (SUG) 11/2021, é uma das iniciativas da entidade contra a privatização

dos Correios. Estamos somando forças com outras associações e federações na tentativa de “paralisar” de vez a terrível ideia de privatização dos Correios.

Hoje, os Correios representam uma extensa rede de operação e logística, cuja capilaridade compreende praticamente todas as cidades brasileiras. E quem pensa que o e-mail desbancou o serviço está enganado. A estatal também é responsável, entre outras tarefas, pelo envio de documentos, *e-commerce* e pela divulgação de ações e campanhas nacionais – como vacinas, provas do Enem, distribuição de livros escolares e mantimentos, entre outros tantos serviços essenciais prestados ao governo e à sociedade em geral, iniciativas que repercutem no exercício da soberania e cidadania.

Nos últimos anos, a empresa teve que se repaginar com o implemento de novas tecnologias e soluções digitais. A manutenção do serviço postal brasileiro como público é algo essencial. Como gostamos de uma comparação, lembramos aqui que o país considerado como mais liberal, os EUA, mantém o serviço postal estatizado.

Se observarmos em nível global, em um universo de 270 países, entre desenvolvidos e emergentes, apenas oito têm serviços dos Correios privatizados: Portugal e Alemanha já começam a discutir a reestatização do serviço, que decepcionou após ser privatizado. A Argentina sofreu processo idêntico no governo de Cristina Kirchner, que reestatizou o serviço após queixas da população.

Além do mais, os Correios são uma empresa pública eficiente e rentável que, em 2019, teve receita líquida de R\$ 102 milhões; em 2020, de R\$ 1,53 bilhão; e, em 2021, de R\$ 2,3 bilhões, em meio a uma crise sanitária mundial. Receitas e despesas podem ser verificadas no *link* do próprio *site* dos Correios (<https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/receitas-e-despesas>).

A ideia aqui apresentada visa garantir a estabilidade e segurança de uma empresa que é patrimônio dos brasileiros. Nosso objetivo é colocar uma proteção nos Correios contra a privatização e transformá-la em patrimônio público e imaterial de fato e de direito.

Além do objetivo principal de “blindar” os Correios, a nossa sugestão visa ainda modernizar; aumentar seu efetivo proporcionalmente à ampliação das atividades correlacionadas com o objeto fim de atividade postal; e garantir a universalidade dos serviços prestados.

Transformando a ECT em bem imaterial e cultural, estaremos realmente colocando a empresa no patamar ideal. Neste ponto, também existe a necessidade de criação de grupos permanentes para deliberações de inovações, aplicações e fiscalizações de investimentos. A ideia também não impede a livre concorrência e ainda gera frutos positivos na regulação econômica dos serviços postais e de logística.

Em suma, queremos que essa ideia possa ser ainda aperfeiçoada por essa Casa e estamos à disposição para contribuir diretamente com a aprovação dessa sugestão, sua transformação em projeto de lei e, por fim, em lei.

Att. Igor Pelegrine